

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR
UNIDADE DE AÇÃO SOCIAL, SAÚDE E EDUCAÇÃO



**PLANO DE TRANSPORTES
ESCOLARES 2022/2023**



Rio Maior
CIDADE
EDUCADORA

Índice

Capítulo I	3
Introdução.....	3
Capítulo II	4
Objeto.....	4
Capítulo III	5
Condições de acesso	5
Capítulo IV.....	6
Modalidades de oferta	6
1. Transporte coletivo – carreira pública.	6
1.1. Procedimentos de candidatura (renovação/ inscrição):.....	7
1.2. Prazos para submissão de candidatura:.....	9
1.3. Análise das candidaturas:.....	9
2. Circuitos especiais.	9
2.1. Candidaturas – inscrição no serviço:.....	10
3. Transporte para crianças/alunos que beneficiam de medidas ao abrigo da educação inclusiva.	11
3.1. Candidaturas – pedido de transporte:	12
3.2. Procedimentos:	12
Capítulo V	13
Vigência e revisão.....	13
Capítulo VI.....	13
Disposições finais	13

Capítulo I

Introdução

Os transportes escolares constituem uma das modalidades de apoio no âmbito da ação social escolar, de acordo com o n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 02 de março, na sua redação atual.

Estatui a alínea d) do n.º 2 do artigo 23º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que os municípios dispõem de atribuições nos domínios da educação, e que ao abrigo da alínea gg) do n.º 1 do artigo 33º do referido diploma, compete à Câmara Municipal assegurar, organizar e gerir os transportes escolares.

A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, estabeleceu o quadro de transferências de competências para as autarquias locais, cujo âmbito concretiza os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local.

Em sequência, o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua atual redação, veio concretizar a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação, revogando na íntegra o Decreto-Lei n.º 299/84, de 05 de setembro, que regulamentava a competência dos municípios em matéria de transporte escolares.

O Plano de Transporte Escolar tal como o define o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual, artigo 17º é, “(...) a nível municipal, o instrumento de planeamento da oferta de serviço de transporte entre o local da residência e o local dos estabelecimentos de ensino da rede pública, frequentados pelos alunos de educação pré-escolar, do ensino básico e do ensino secundário (...)”.

Refere também o artigo 18º do diploma supracitado, que o mesmo visa, “(...) assegurar a igualdade de oportunidades de acesso à educação pré-escolar e à educação escolar, incluindo os alunos abrangidos por medidas adicionais no âmbito da educação inclusiva.”

No que respeita a política de solidariedade social, têm os municípios o dever de proporcionar, na medida das suas competências, a todas as crianças e jovens o contexto mais favorável possível para o seu harmonioso desenvolvimento com especial enfoque no Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória.

Atento às atuais exigências conjunturais, bem como às implicações sentidas pelas famílias que levam a alterações nos funcionamentos das rotinas e dinâmicas familiares, o município de Rio Maior tem vindo a alargar os benefícios no que respeita ao acesso a transportes escolares gratuitos.

Neste contexto, o Plano de Transporte Escolar que se apresenta, estabelece, enquadra e uniformiza os critérios, as condições de acesso e de atribuição dos apoios municipais, previstos no âmbito dos transportes escolares, a implementar no ano de 2022/2023, contemplando algumas medidas que vão além do estabelecido nos normativos legais em matéria da ação social escolar, que devem ser devidamente fundamentadas pelos encarregados de educação aquando das inscrições nos transportes.

A elaboração e a aprovação do Plano de Transporte Escolar é da competência da Câmara Municipal, após discussão e parecer do Conselho Municipal de Educação, nos termos do nº 1 do artigo 21º do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, na sua redação atual.

Capítulo II

Objeto

O Plano de Transporte Escolar é elaborado de acordo com o disposto no artigo 19º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual, incluindo obrigatoriamente os dados indicados nas alíneas infra, de acordo com os mapas – Anexos I e II:

- a) A área abrangida, representada em planta a escala adequada;*
- b) Os itinerários dos meios de transporte coletivo de passageiros;*
- c) A numeração e classificação oficiais, ou designação toponímica, das vias de comunicação a percorrer;*
- d) A distribuição geográfica dos estabelecimentos de ensino, devidamente assinalados;*
- e) A projeção quantificada da procura por locais de origem;*
- f) Os meios de transporte a utilizar;*
- g) Os circuitos especiais, existentes ou a criar, sempre que os meios de transporte coletivo não satisfaçam regularmente as necessidades de transporte no que se refere ao cumprimento dos horários escolares, ou impliquem, para os alunos, tempos de espera superiores a 45 minutos ou deslocações superiores a 60 minutos, em cada viagem simples.*

Capítulo III

Condições de acesso

1. De acordo com o artigo 20º do diploma supracitado, a elaboração do Plano de Transporte Escolar, baseia-se nos seguintes pressupostos:
 - a) *Gratuidade para os alunos da educação pré-escolar, do ensino básico e do ensino secundário, quando residam a mais de 3 km do estabelecimento de ensino que frequentam;*
 - b) *Gratuidade para os alunos com dificuldades de locomoção que beneficiam de medidas ao abrigo da educação inclusiva, independentemente da distância da sua residência ao estabelecimento de ensino que frequentam, sempre que a sua condição o exija;*
 - c) *Inelegibilidade para os benefícios previstos nas alíneas anteriores dos alunos que se matriculem contrariando as normas estabelecidas de encaminhamento de matrículas.*
2. A gratuidade acima referida (alíneas a) e b) do n.º anterior), “(...) abrange, exclusivamente, duas viagens nos dias letivos e para os percursos que ligam o local do estabelecimento de ensino ao local de residência do aluno”.
3. O Município de Rio Maior, assumindo como política educativa a garantia do exercício efetivo do ensino e da igualdade de oportunidades de acesso à educação a todas as crianças e jovens, independentemente das condições socioeconómicas das famílias, tem vindo a permitir o acesso aos transportes escolares para além das condições mínimas previstas no n.º 1.
4. O Município de Rio Maior assegura também transporte escolar gratuito às crianças/alunos, nas seguintes condições, devidamente fundamentadas pelos encarregados de educação e, desde que os percursos/circuitos previamente estabelecidos não sejam alterados, nomeadamente quando:
 - a) Durante o ano letivo, a residência da criança/aluno é diferente da residência habitual, devido a exigências profissionais dos pais ou outras devidamente fundamentadas pelo encarregado de educação/pais;
 - b) O local de embarque seja diferente do local de desembarque, devidamente fundamentado;
 - c) As crianças/alunos frequentam estabelecimentos de ensino com distâncias inferiores às previstas na alínea a) do n.º 1, mas relativamente aos quais o percurso a efetuar a pé seja considerado de perigosidade elevada;
 - d) Os alunos que não residem no Concelho de Rio Maior, ou que no decorrer do ano letivo alterem a morada para fora do mesmo, mas que devido à proximidade demonstram interesse em estudar nas escolas do Concelho de Rio Maior;

- e) Os alunos que residem na cidade, mas que frequentemente, necessitam de permanecer em casa de familiares que residem fora de Rio Maior, por motivos profissionais dos encarregados de educação ou outros devidamente fundamentados;
- f) Os alunos maiores de 18 anos e que ainda não concluíram o ensino secundário, até perfazerem 20 anos até ao final do ano letivo em que estão matriculados;
- g) Os alunos, com guarda partilhada, apresentem duas moradas dentro do Concelho de Rio Maior.

Capítulo IV

Modalidades de oferta

Nos termos do artigo 36º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, a organização e o controlo financeiro do funcionamento dos transportes escolares é da competência da câmara municipal da área de residência dos alunos. Assim e, nos termos definidos neste Plano, cabe ao Serviço de Educação, organizar o processo de acesso ao transporte escolar para cada criança/aluno, em formato online, na aplicação SIGA - Plataforma Municipal de Gestão Educativa em <https://sig1.edubox.pt/SIGA/memberLogin.aspx> nas seguintes modalidades:

1. Transporte coletivo – carreira pública.

Decorre do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, a “*Gratuidade para os alunos da educação pré-escolar, do ensino básico e do ensino secundário, quando residam a mais de 3 km do estabelecimento de ensino que frequentam*”. No caso dos alunos do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico e secundário, o transporte escolar efetiva-se através da atribuição e pagamento de passes escolares em carreiras públicas e/ou através da contratação de serviços especializados, quando não existam carreiras públicas. Não tendo sido ainda publicada a portaria que regulamentará uma nova fórmula de financiamento das despesas de transportes escolares e conforme orientação da DGAL, “(...) mantém-se em vigor as regras vigentes para o financiamento do transporte escolar dos alunos do ensino básico (gratuidade), as regras de financiamento do transporte escolar dos alunos do ensino secundário (comparticipação nos respetivos custos de 50% em relação ao valor do bilhete de assinatura) (...)”.

Neste sentido, a CIMLT analisou a possibilidade de participar no 1.º período do ano letivo 2021/2022 e no ano económico de 2022, os passes dos alunos do ensino secundário, pela aplicação de verba do PART (Programa de Apoio à Redução Tarifária) e, por forma a regular a respetiva participação, foram celebrados contratos de cooperação.

O Município de Rio Maior requisita à entidade concessionária dos serviços de transporte coletivo, a operar no Concelho de Rio Maior (detentora do **alvará concedido pelo Instituto da Mobilidade Terrestre - IMT**), os bilhetes de assinatura (passe escolar) nos termos a fixar em Portaria, para os alunos dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário.

Para o ano letivo 2022/2023 prevê-se que sejam transportados 447 alunos do 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico e 146 alunos do Ensino Secundário, a que corresponde uma despesa no valor estimado de 300 569,50 € (trezentos mil quinhentos e sessenta e nove euros e cinquenta cêntimos), IVA incluído à taxa de 6%, em conformidade com a seguinte distribuição:

- Ano de 2022 (1.º período do ano letivo 2022/2023) – 120 227,80 € (cento e vinte mil duzentos e vinte e sete euros e oitenta cêntimos), IVA incluído à taxa de 6%.
- Ano de 2023 (2.º e 3.º períodos do ano letivo 2022/2023) – 180 341,70 € (cento e oitenta mil trezentos e quarenta e um euros e setenta cêntimos), IVA incluído à taxa de 6%.

1.1. Procedimentos de candidatura (renovação/ inscrição).

- 1.1.1. A candidatura ao serviço de transporte escolar é efetuada obrigatoriamente em formato online, na aplicação SIGA - Plataforma Municipal de Gestão Educativa em <https://siga1.edubox.pt/SIGA/memberLogin.aspx>, através das credenciais de acesso, que foram disponibilizadas no ano letivo em que foi efetuada a 1ª matrícula do aluno, mantendo-se nos anos seguintes a respetiva credencial.
- 1.1.2. A candidatura é efetuada, pelo encarregado de educação ou pelo aluno, se maior de idade, mediante consentimento prévio e, permite fornecer toda a informação e documentação necessária à inscrição neste serviço.
- 1.1.3. Caso o encarregado de educação ainda não possua a credencial de acesso ao SIGA, deverá solicitá-la ao Serviço de Educação, através do email candidaturas.educacao@cm-riomaior.pt, indicando os seguinte elementos:
 - a) Nome do Encarregado de Educação;
 - b) NIF do Encarregado de Educação;
 - c) Nome aluno;
 - d) NIF do aluno;
 - e) Data de nascimento do aluno;
 - f) Escola onde está matriculado;
 - g) Ano de escolaridade.

- 1.1.4. A candidatura é obrigatória apenas para os alunos que necessitem do serviço de transporte escolar no próximo ano letivo.
- 1.1.5. Para que a candidatura possa ser analisada e validada, o encarregado de educação/aluno, deve anexar, obrigatoriamente, sob pena de indeferimento, os seguintes elementos:
- a) Comprovativo de domicílio fiscal do aluno ou do encarregado de educação (obtido através do portal das finanças), ou outro similar;
 - b) Nas situações de 1ª vez de inscrição ou em caso de alteração de dados, término da validade do passe escolar, extravio, passe danificado, deve ser preenchido o formulário de Transporte Escolar da transportadora, em papel, disponível na Secretaria da respetiva escola, juntando uma foto;
 - c) O formulário supracitado, contém um número de requisição do passe escolar necessário para o preenchimento do formulário de inscrição na Plataforma Municipal de Gestão Educativa e deverá ser preenchido em 1º lugar, antes da inscrição na plataforma.
- 1.1.6. Os alunos que frequentem escolas secundárias ou profissionais fora do concelho, por falta de vaga ou de oferta educativa na área pretendida, devem anexar também os seguintes documentos:
- a) Declaração das escolas do concelho a comprovar a não existência de oferta educativa ou vaga para o curso pretendido;
 - b) Certificado de matrícula da escola que vai frequentar;
 - c) Declaração da escola em como não recebe subsídio de transporte.
- 1.1.7. Os encarregados de educação, que necessitam de apoio à inscrição neste serviço, deverão dirigir-se às secretarias de cada uma das escolas, atendendo aos prazos definidos pelo Ministério da Educação para as respetivas matrículas, de acordo com o respetivo nível de ensino.
- 1.1.8. Os cartões/passe escolar sujeitos a renovação, deverão ser entregues no fim do ano letivo, até 30 de junho, na secretaria da respetiva escola.
- 1.1.9. O passe tem o valor a definir anualmente, a pagar na Câmara Municipal de Rio Maior, no ato da entrega durante o mês de setembro em data a definir.
- 1.1.10. O passe é pessoal e intransmissível e o seu uso indevido é punível nos termos da lei.
- 1.1.11. Aos alunos que não procedam à validação ou utilização do passe por dois meses consecutivos sem justificação, ser-lhe-á cessado o direito ao apoio em transporte escolar, salvo em caso devidamente justificado.

- 1.1.12. Em caso de dúvida poderá contactar o serviço de educação da Câmara Municipal através dos números: 243 999 326, 243 999319 ou 243 999 300, entre as 9:00 e as 13:00 e as 14:00 e as 17:00 ou por e-mail para candidaturas.educacao@cm-riomaior.pt.

1.2. Prazos para submissão de candidatura.

- 1.2.1. A apresentação da candidatura no serviço de transporte escolar é disponibilizada via online, na Plataforma Municipal de Gestão Educativa de 01 de junho a 31 de julho - 1ª fase, sendo que o Município assegura o passe escolar para o mês de setembro.
- 1.2.2. Às candidaturas submetidas após 31 de julho - 2ª fase, o Município poderá não assegurar o passe para o mês de setembro.
- 1.2.3. No decorrer do ano letivo e, para as candidaturas apresentadas após o dia 16 de cada mês, os passes apenas são disponibilizados no mês seguinte.

1.3. Análise das candidaturas.

- 1.3.1. Compete ao Serviço de Educação a análise e validação dos processos de candidatura, de acordo com os critérios definidos no presente Plano de Transporte Escolar.
- 1.3.2. Os alunos cujo processo não esteja devidamente instruído, serão notificados pelo Município a fim de procederem às respetivas alterações.
- 1.3.3. São motivos de indeferimento o não preenchimento dos critérios de atribuição e ou, outros motivos atendíveis devidamente fundamentados, sendo para o efeito os alunos devidamente notificados.
- 1.3.4. No caso de indeferimento, o encarregado de educação/aluno poderá pronunciar-se no prazo de 10 dias.
- 1.3.5. A concessão do direito ao transporte escolar não poderá ter efeitos retroativos.

2. Circuitos especiais.

Nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 19º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, são circuitos especiais, os existentes ou a criar, sempre que os meios de transporte coletivo não satisfaçam regularmente as necessidades de transporte no que se refere ao cumprimento dos horários escolares, ou impliquem, para os alunos, tempos de espera superiores a 45 minutos ou deslocações superiores a 60 minutos, em cada viagem simples.

Já há alguns anos, em parte devido aos encerramentos dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, o Município tem vindo a contratualizar este serviço anualmente, através de abertura de procedimento de concurso público, abrangendo o número estimado de 121 crianças do pré-escolar e 176 alunos do 1.º ciclo do ensino básico.

2.1. Candidaturas – inscrição no serviço.

- 2.1.1. A candidatura ao serviço de transporte escolar - circuitos especiais é efetuada, obrigatoriamente em formato online, na aplicação SIGA - Plataforma Municipal de Gestão Educativa em <https://siga1.edubox.pt/SIGA/memberLogin.aspx>, através das credenciais de acesso, que foram disponibilizadas no ano letivo em que foi efetuada a 1ª matrícula do aluno, mantendo-se nos anos seguintes a respetiva credencial.
- 2.1.2. A candidatura é efetuada, pelo encarregado de educação, mediante consentimento prévio, e permite fornecer toda a informação e documentação necessária à inscrição neste serviço.
- 2.1.3. Para as crianças/alunos com inscrição de 1ª vez ou, para aqueles que ainda não possuam a credencial de acesso ao SIGA, o encarregado de educação deverá solicitá-la ao Serviço de Educação, através do email candidaturas.educacao@cm-riomaior.pt, indicando os seguintes elementos:
- a) Nome do Encarregado de Educação;
 - b) NIF do Encarregado de Educação;
 - c) Nome aluno;
 - d) NIF do aluno;
 - e) Data de nascimento do aluno;
 - f) Escola onde está matriculado;
 - g) Ano de escolaridade (se aplicável).
- 2.1.4. A candidatura é obrigatória apenas para as crianças/ alunos que necessitem do serviço de transporte escolar no próximo ano letivo.
- 2.1.5. Para que a candidatura possa ser analisada e validada, o encarregado de educação/aluno, deve indicar o (s) nome (s) da (s) pessoa (s) autorizada (s) a receber o seu educando na paragem (limite máximo 3 pessoas).
- 2.1.6. Os encarregados de educação que necessitam de apoio à inscrição neste serviço, deverão dirigir-se às secretarias de cada uma das escolas, atendendo aos prazos definidos pelo Ministério da Educação para as respetivas matrículas.
- 2.1.7. A apresentação da candidatura no serviço de transporte escolar é disponibilizada via online, na Plataforma Municipal de Gestão Educativa, com início aquando a data de inscrição/matriculas definido pelo Ministério de Educação e decorre até 31 de julho.
- 2.1.8. O Município não garante a disponibilização do serviço para as candidaturas submetidas após 31 de julho.

- 2.1.9. Compete ao Serviço de Educação a análise e validação dos processos de candidatura, de acordo com os critérios definidos no presente Plano de Transporte Escolar.
- 2.1.10. Os alunos cujo processo não esteja devidamente instruído serão notificados pelo Município a fim de procederem às respetivas alterações.
- 2.1.11. São motivos de indeferimento o não preenchimento dos critérios de atribuição e ou, outros motivos atendíveis devidamente fundamentados, sendo para o efeito os encarregados de educação devidamente notificados.
- 2.1.12. No caso de indeferimento, o encarregado de educação poderá pronunciar-se no prazo de 10 dias.
- 2.1.13. Em caso de dúvida poderá contactar o serviço de educação da Câmara Municipal através dos números: 243 999 326, 243 999 319 ou 243 999 300, entre as 9:00 e as 13:00 e as 14:00 e as 17:00 ou por e-mail para candidaturas.educacao@cm-riomaior.pt

3. Transporte para crianças/alunos que beneficiam de medidas ao abrigo da educação inclusiva.

- a) O despacho n.º 8452-A/2015 de 31 de julho, que regula as condições de aplicação das medidas de ação social escolar, alterado pelos Despachos n.º(s) 5296/2017, de 16 de junho e 7255/2018, de 31 de julho, no seu artigo 13.º, define os apoios aos alunos que beneficiam de medidas ao abrigo da educação inclusiva e, no que respeita aos alunos com dificuldade de locomoção, que não podem utilizar os transportes regulares ou os transportes escolares, prevê a possibilidade de um transporte mais adequado.
- b) Os procedimentos relativos aos transportes supramencionados foram até ao ano letivo 2019/2020, realizados pelos Agrupamentos de Escolas Marinhas do Sal e Fernando Casimiro Pereira da Silva e pela Escola Secundária Dr. Augusto César da Silva Ferreira por tratar-se de uma competência do Ministério da Educação.
- c) A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto estabeleceu o quadro de transferências de competências para as autarquias locais, cujo âmbito concretiza os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local.
- d) Em sequência, o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua atual redação, veio concretizar a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação.
- e) Está previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º, do diploma atrás mencionado, a gratuidade para os alunos com dificuldade de locomoção que beneficiam de medidas ao

abrigo da educação inclusiva, independentemente da distância da sua residência ao estabelecimento de ensino que frequentam, sempre que a sua condição o exija.

- f) É necessário dar continuidade no próximo ano letivo à realização dos transportes escolares supracitados, através da contratualização do serviço, cuja responsabilidade cabe agora ao Município de Rio Maior, sendo as necessidades dos referidos transportes identificadas pelos agrupamentos de escolas e escola não agrupada, prevendo-se que sejam abrangidos 12 alunos:

- Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva - 6 alunos;
- Agrupamento de Escolas Marinhas do Sal – 5 alunos;
- Escola Secundária Dr. Augusto Cesar da Silva Ferreira – 1 aluno.

3.1. Candidaturas – pedido de transporte.

3.1.1. O encarregado de educação deve solicitar o transporte junto do Agrupamento de Escolas ou Escola Secundária, disponibilizando os documentos necessários para o efeito.

3.1.2. As escolas devem remeter ao Município, até ao fim do mês de julho, o processo individual de cada criança/aluno onde conste a seguinte informação:

- a) Nome;
- b) Idade;
- c) Morada;
- d) Ano de escolaridade;
- e) Horário semanal;
- f) Comprovativo de aprovação da rota no *REVVASE* (Registo Eletrónico de Verbas e Valores da Ação Social Escolar), com estimativa de quilómetros;
- g) Declaração da coordenadora da EMAEI (Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva), fundamentando a necessidade do transporte e que tipo de transporte (adaptado e/ou acompanhado).

3.2. Procedimentos.

3.2.1. O encarregado de educação deve:

- a) Respeitar os horários previstos para o transporte;
- b) Acompanhar o seu educando na entrada e saída da viatura;
- c) Avisar atempadamente a escola no caso de ausência do seu educando;
- d) Informar qualquer alteração ao circuito bem como a sua desistência caso se verifique.

3.2.2. A escola deve:

- a) Avisar o prestador de serviço e o Município, em caso de ausência do aluno;
- b) Informar o Município sempre que ocorra qualquer alteração.

Capítulo V

Vigência e revisão

1. O Plano de Transporte Escolar deverá ser aprovado até ao dia 01 de agosto de cada ano, de acordo com o n.º 1 do artigo 22º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro.
2. O presente plano vigorará no ano letivo 2022/2023, conforme calendário definido pelo Ministério da Educação.
3. Sempre que se verifiquem alterações conjunturais, o respetivo plano pode ser objeto de ajustamentos no decurso do ano letivo a que respeita, nos termos, respetivamente dos n.º(s) 1 e 2 do artigo 22º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro.

Capítulo VI

Disposições finais

1. As falsas declarações implicarão, independentemente de participação criminal, o corte do apoio e o reembolso do montante correspondente aos benefícios auferidos.
2. As dúvidas e omissões que se suscitem na aplicação deste Plano de Transportes serão resolvidas por deliberação pela Câmara Municipal, tendo em consideração a legislação aplicável.